

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**Relatório sobre a revisão de
informações trimestrais - ITR em
31 de março de 2019**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais - ITR	11



KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 14 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.293.468	833.191	Fornecedores	13	667.938	567.524
Contas a receber de clientes	6	1.529.841	1.604.098	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		18.514	16.861
Contas a receber - bandeiras tarifárias		2.791	3.452	Empréstimos e financiamentos	14	28.645	30.883
Aquisição de combustível - conta CCC		51.725	63.380	Debêntures	15	148.958	126.449
Serviços pedidos	8	108.333	158.329	Impostos e contribuições a recolher	16	346.023	384.318
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	19.515	87.142	Impostos sobre lucro a recolher		66.507	63.214
Partes relacionadas		9.069	5.859	Dividendos		88.274	88.274
Estoques		10.212	11.224	Encargos do consumidor		16.397	27.018
Impostos e contribuições a recuperar		90.510	90.645	Contribuição de iluminação pública		16.262	17.280
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		94.197	80.822	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		36.883	43.640
Outros créditos a receber		104.960	149.067	Participação nos lucros		30.137	40.002
Total do ativo circulante		3.314.621	3.087.209	Partes relacionadas		11.445	7.305
Não circulante				Instrumentos financeiros derivativos	28	19.393	14.915
Contas a receber de clientes	6	553.222	571.764	Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	19	19.021	17.116
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		32.134	9.056	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	18	24.791	25.316
Aquisição de combustível - conta CCC		108.833	107.838	Outras contas a pagar	20	456.341	459.894
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7	53.453	-	Total do passivo circulante		1.995.529	1.930.009
Depósitos judiciais	18	51.200	49.858	Não circulante			
Serviços pedidos	8	18.312	18.312	Empréstimos e financiamentos	14	1.717.941	1.351.412
Instrumentos financeiros derivativos	28	153.959	142.451	Debêntures	15	1.458.833	1.452.522
Impostos e contribuições a recuperar		77.542	66.671	Impostos e contribuições a recolher	16	64.632	35.418
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		47.798	47.394	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	111.027	96.186
Outros créditos a receber		111.584	112.454	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	18	81.506	80.761
Ativo financeiro da concessão	10	2.746.717	2.260.840	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	-	70.801
Investimentos		13.571	13.918	Partes relacionadas		9.205	9.084
Intangível	11	2.141.683	1.916.533	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		116.855	131.253
Ativos contratuais	12	136.927	651.026	Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	19	834.797	814.254
Total do ativo não circulante		6.246.935	5.968.115	Plano de aposentadoria e pensão		43.740	43.740
				Outras contas a pagar	20	70.260	33.803
				Total do passivo não circulante		4.508.796	4.119.234
				Patrimônio líquido			
				Capital social	21.1	1.521.740	1.521.740
				Reserva de reavaliação	21.2	107.524	111.784
				Reservas de lucros		1.377.781	1.377.781
				Outros resultados abrangentes		(5.224)	(5.224)
				Resultado no período		55.410	-
				Total do patrimônio líquido		3.057.231	3.006.081
Total do ativo		9.561.556	9.055.324	Total do passivo e patrimônio líquido		9.561.556	9.055.324

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Receita operacional líquida	23	1.282.102	1.253.798
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	<u>(1.012.529)</u>	<u>(1.026.225)</u>
Energia elétrica comprada para revenda	25	(706.323)	(745.762)
Custo de construção	24	(193.712)	(166.777)
Custo da operação	24	<u>(112.494)</u>	<u>(113.686)</u>
Lucro bruto		<u>269.573</u>	<u>227.573</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	24	(40.770)	(42.275)
Despesa gerais e administrativas	24	(62.661)	(62.331)
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	24	(10.767)	(55.635)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	<u>(80.098)</u>	<u>(5.527)</u>
Total de despesas operacionais		<u>(194.296)</u>	<u>(165.768)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>75.277</u>	<u>61.805</u>
Receitas financeiras	27	168.455	55.982
Despesas financeiras	27	<u>(174.191)</u>	<u>(118.044)</u>
Resultado financeiro, líquido	27	<u>(5.736)</u>	<u>(62.062)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>69.541</u>	<u>(257)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.3	(3.550)	(2.082)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.3	<u>(14.841)</u>	<u>2.771</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(18.391)</u>	<u>689</u>
Lucro líquido do período		<u>51.150</u>	<u>432</u>
Lucro por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária		0,02315	0,00020
Ação preferencial nominal- A		0,02315	-
Ação preferencial nominais- B		<u>0,02315</u>	<u>-</u>
Quantidade de ações ordinárias no final do período (em milhares de ações)	21	<u>2.204.621</u>	<u>2.204.621</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro líquido do período	51.150	432
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total resultados abrangentes	<u>51.150</u>	<u>432</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Resultado no período	Total
				Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Investimento			
Saldos em 31 dezembro de 2017	1.521.740	130.160	(5.608)	54.649	184.939	-	691.388	5.446	-	2.582.714
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	432	432
Realização da reserva de reavaliação Nota Explicativa nº 21.2	-	(4.777)	-	-	-	-	-	-	4.777	-
Saldos em 31 de março de 2018	1.521.740	125.383	(5.608)	54.649	184.939	-	691.388	5.446	5.209	2.583.146
Saldos em 31 dezembro de 2018	1.521.740	111.784	(5.224)	77.419	264.889	61.205	974.019	249	-	3.006.081
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	51.150	51.150
Realização da reserva de reavaliação Nota Explicativa nº 21.2	-	(4.260)	-	-	-	-	-	-	4.260	-
Saldos em 31 de março de 2019	1.521.740	107.524	(5.224)	77.419	264.889	61.205	974.019	249	55.410	3.057.231

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	51.150	432
Ajustes para:		
Amortização	61.022	57.824
Baixa de intangível e ativos financeiro e contratual	60.073	4.949
Atualização do ativo financeiro	(26.741)	(10.177)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	105.103	78.881
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	(2.565)	5.953
Ajuste a valor presente	5.219	17.050
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	6.236	12.564
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável do contas a receber	10.767	55.635
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(56.627)	3.127
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.550	2.082
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.841	(2.771)
Provisão e atualização de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	11.334	12.003
Outros	(16.949)	-
Lucro líquido do período após ajustes	<u>226.413</u>	<u>237.552</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	82.017	111.670
Contas a receber - bandeiras tarifárias	661	3.951
Aquisição de combustível - conta CCC	10.660	7.984
Serviços pedidos	(35.901)	(21.095)
Depósitos judiciais	(1.342)	(13.332)
Estoques	1.012	(1.175)
Impostos e contribuições a recuperar	(10.736)	1.490
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(13.779)	(6.318)
Sub-rogação da CCC	(23.078)	(20.705)
Outros créditos a receber	44.977	(3.386)
Fornecedores	100.414	(115.673)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	1.653	2.663
Impostos e contribuições a recolher	(9.081)	(30.414)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	9.096	1.495
Encargos do consumidor	(10.621)	(4.450)
Contribuição de iluminação pública	(1.018)	801
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(32.489)	(2.864)
Participação nos lucros	(9.865)	(11.013)
Partes relacionadas	930	(7)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	(6.016)	(5.946)
Outras contas a pagar	(4.049)	8.437
Juros pagos	(32.425)	(28.844)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.353)	(4.094)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	<u>51.667</u>	<u>(130.825)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>278.080</u>	<u>106.727</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível e ativo contratual	(162.461)	(48.583)
Adições de obrigações especiais	11.327	-
Resgates /aplicações financeiras	-	3
Investimento	(2)	(193)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(151.136)</u>	<u>(48.773)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	340.000	-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(3.971)	(20.553)
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	(2.696)	(199.377)
Dividendos pagos	-	(44)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>333.333</u>	<u>(219.974)</u>
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>460.277</u>	<u>(162.020)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	833.191	1.075.402
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>1.293.468</u>	<u>913.382</u>
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>460.277</u>	<u>(162.020)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e construção	1.850.156	1.753.198
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(10.767)	(55.635)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(4.269)	(9.112)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.990)	(2.004)
Outras (despesas) receitas não recorrentes	(78.108)	(3.523)
	1.755.022	1.682.924
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos, serviços vendidos e construção	(900.035)	(912.539)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(96.582)	(96.715)
Subvenção – CCC	(28.476)	(28.659)
	(1.025.093)	(1.037.913)
Valor adicionado bruto	729.929	645.011
Amortização	(61.022)	(57.824)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	668.907	587.187
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	168.455	55.982
Outras	-	(33.906)
	168.455	22.076
Valor adicionado total a distribuir	837.362	609.263
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	28.410	27.937
Benefícios	10.389	10.940
FGTS	3.220	3.730
Outros	(7.955)	(8.385)
	34.064	34.222
Tributos		
Federais	271.115	211.724
Estaduais	304.419	275.148
Municipais	256	241
	575.790	487.113
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	127.035	77.731
Aluguéis	2.167	3.358
Encargos com partes relacionadas	1.316	1.248
Outros	45.840	5.159
	176.358	87.496
Remuneração de capitais próprios		
Lucro retidos	51.150	432
	51.150	432
Valor adicionado	837.362	609.263

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição, geração de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.247.955 km², atendendo, em 31 de março de 2019, 2.653.901 consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da B3.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a CELPA e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2.1 Contrato de comercialização de energia elétrica e potência nos sistemas isolados

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados - CCESI nº 01/2016 referente a 23 usinas Termelétricas - UTE, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados. Após a licitação, modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, todas as usinas passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CELPA) que desde fevereiro/2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos deste contrato, em sua maioria, são de 5 anos prorrogáveis por mais 12 meses.

O processo acima tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo a CELPA a distribuição de energia elétrica nos municípios supra mencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 801/2017.

A única usina que estava sob outorga da CELPA, a usina de Monte Dourado, onde havia capacidade total instalada de 6,88 MW foi conectada ao SIN em 28 de setembro de 2018.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2019 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”) e em conformidade com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Essas informações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 09 de maio de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida porém não faturada;

- **Nota explicativa 6.2 - Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 10 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 11 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 17 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 18 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; e
- **Nota explicativa 28 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 28.3.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justos, quando requeridos pela norma; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota explicativa nº 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado na nota 4.1. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidas em 29 de março de 2019, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2019.

4.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

O CPC 06 (R2)/IFRS16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo com base na avaliação da Administração, não houve impactos significativos nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia, uma vez que há poucos contratos com operações de arrendamento, e não relevantes, dentro dos critérios do novo IFRS 16.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	46.026	48.651
Aplicações financeiras de curto prazo (i) (ii)	1.247.442	784.540
Total	1.293.468	833.191
Aplicações financeiras de curto prazo	31/03/2019	31/12/2018
CDB(i)	108.641	69.495
Fundos de investimentos (ii)	1.138.801	715.045
Total	1.247.442	784.540

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 100,44% (98,96% em 31 de dezembro de 2018).

- (ii) Os Fundos de Investimentos, que representam operações de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA- e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia.

Os fundos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, pós fixado e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa.

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2019	31/12/2018
Contas a receber de consumidores faturados (a)	897.342	963.760
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	196.688	184.030
Parcelamentos	1.182.909	1.179.629
Baixa renda e viva luz	26.705	29.816
Outras	102.329	94.762
Total	2.405.973	2.451.997
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	(322.910)	(276.135)
Total contas a receber clientes	2.083.063	2.175.862
Circulante	1.529.841	1.604.098
Não circulante	553.222	571.764

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m. O aumento da recuperação dos débitos pretéritos assim como o aumento da negociação do consumo não registrado geram um aumento temporário no contas a receber parcelado.

6.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2018	Provisões adições(*)	Reversões (baixas)(*)	31/03/2019
Contas a receber de consumidores faturados (a)	57.486	82.010	(48.552)	90.944
Parcelamentos	210.344	15.052	(5.865)	219.531
Outras	8.305	8.173	(4.043)	12.435
Total	276.135	105.235	(58.460)	322.910

Informações adicionais sobre como a Companhia mensura a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber estão descritas na Nota explicativa nº 28.5.

(*) A movimentação líquida de provisões e reversões do período no total de R\$ 46.775, acrescido do valor de perdas efetivas baixadas diretamente do contas a receber contra resultado no total de R\$ 36.008, totalizam o montante de R\$ 10.767 apresentado no resultado do exercício como Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber.

a. Contas a receber de consumidores faturados

31/03/2019				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	116.666	182.397	114.442	413.505
Industrial	51.716	16.678	35.267	103.661
Comercial	94.022	40.223	36.711	170.956
Rural	8.694	14.389	25.479	48.562
Poder público	37.669	18.578	21.791	78.038
Iluminação pública	10.981	4.084	10.412	25.477
Serviço público	11.826	21.695	23.622	57.143
Total fornecimento faturado	331.574	298.044	267.724	897.342
31/12/2018				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	182.665	172.620	95.663	450.948
Industrial	65.187	14.329	31.778	111.294
Comercial	117.406	41.326	31.204	189.936
Rural	12.154	13.970	23.545	49.669
Poder público	39.103	29.528	17.052	85.683
Iluminação pública	10.469	5.164	8.292	23.925
Serviço público	12.943	30.247	9.115	52.305
Total fornecimento faturado	439.927	307.184	216.649	963.760

b. Parcelamentos

31/03/2019				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	629.941	55.308	179.223	864.472
Industrial	27.042	2.500	17.697	47.239
Comercial	79.908	7.692	30.615	118.215
Rural	30.369	3.422	12.219	46.010
Poder público	59.504	2.985	5.292	67.781
Iluminação pública	13.828	405	579	14.812
Serviço público	21.322	789	2.269	24.380
	861.914	73.101	247.894	1.182.909

31/12/2018				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	655.298	53.036	152.301	860.635
Industrial	27.272	2.577	15.888	45.737
Comercial	84.519	7.806	26.277	118.602
Rural	31.402	3.285	10.283	44.970
Poder público	60.040	3.431	4.522	67.993
Iluminação pública	15.160	721	669	16.550
Serviço público	21.868	1.448	1.826	25.142
	895.559	72.304	211.766	1.179.629

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, com a finalidade de permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	Constituição	Atualização	Amortização	31/03/2019
Parcela A					
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	11.066	(28.524)	25	1.064	(16.369)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	796	1.734	32	(271)	2.291
Rede básica	32.726	4.634	456	(9.067)	28.749
Compra de energia - CVA (b)	497.604	157.866	6.961	(95.923)	566.508
ESS - encargos do serviço do sistema	(184.040)	(26.748)	(2.640)	32.923	(180.505)
	<u>358.152</u>	<u>108.962</u>	<u>4.834</u>	<u>(71.274)</u>	<u>400.674</u>
Itens financeiros					
Sob recontração de energia (c)	(61.769)	8.104	(781)	6.171	(48.275)
Neutralidade	4.440	18.913	76	(2.083)	21.346
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(185.287)	(12.511)	(2.853)	-	(200.651)
Outros (d)	(99.195)	1.991	(1.601)	(1.321)	(100.126)
	<u>(341.811)</u>	<u>16.497</u>	<u>(5.159)</u>	<u>2.767</u>	<u>(327.706)</u>
Total	<u>16.341</u>	<u>125.459</u>	<u>(325)</u>	<u>(68.507)</u>	<u>72.968</u>
Ativo (Passivo)					
Circulante	87.142				19.515
Não circulante	(70.801)				53.453

- (a) Variação negativa em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento no exercício de 2019 em que superaram os valores de cobertura no período;
- (b) No período de três meses findo em 31 de março de 2019 houve o aumento dos custos com o efeito disponibilidade e exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas cujo preço de geração é superior ao PLD. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados, onde o submercado Norte esteve com PLD próximo ao mínimo;
- (c) No período de três meses findo em 31 de março de 2019, devido a situação de contratos e mercado, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo que o PLD está em média de R\$ 185,83 para 2018, ou seja, um valor abaixo que o preço médio de compra de energia (PMIX) e a operação de venda que resulta na constituição de um ativo regulatório. Porém, a variação do período teve como fator principal o efeito da recontabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de julho a outubro de 2017 recalculados pela CCEE na liquidação de janeiro/18 referente ao MCS D de Energia Nova;
- (d) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplando no processo tarifário anterior, devidamente atualizadas pela taxa SELIC. No período de três meses findo em 31 de março de 2019 foi constituído o montante de R\$ 18.913, influenciado diretamente pela queda no faturamento real em relação ao mercado de referência do reajuste, que são bases para apuração desse componente financeiro; e
- (e) As movimentações das amortizações dos ativos e passivos regulatórios estão diretamente relacionadas com financeiros recebidos no reajuste ou revisão tarifária e as receitas decorrentes da venda de energia. No reajuste do exercício 2018, foi recebido um montante de R\$ 305.199, um aumento de 100% se comparado com o reajuste de 2017. Contribuíram para essa variação os financeiros recebidos a título de Parcela A em torno de R\$ 317.491. Como consequência, no período de 2019, foi registrada uma despesa com amortização de R\$ 68.507. Nesse reajuste foi recebido o financeiro do Ressarcimento de P&D que tem como origem a devolução pela União de valores que foram repassados às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.433, de 07 de agosto de 2018, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2018 com vigência até 6 de agosto de 2019.

Neste processo as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas devendo ser feito a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no

mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. As tarifas de aplicação ficaram, em média, reajustadas em 11,75% (7,19% no exercício de 2017), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

8 Serviços pedidos

Referem-se aos custos apurados através de serviços executados para terceiros ou para a própria outorgada registrados através de Ordens de Serviço - ODS, custos referentes à retirada (baixa) de bem integrante do ativo imobilizado registrados através de Ordens de Desativação - ODD e custos de alienações de bens mediante a emissão de Ordens de Alienação - ODA, sendo os critérios para apuração desses custos estabelecidos e determinados pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSE.

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Desativações e alienações em curso (a)	48.192	67.557
Serviço próprio (b)	26.998	26.650
Serviço próprio P&D e PEE (c)	21.389	41.414
Serviços prestados a terceiros (d)	11.754	22.708
Total circulante	108.333	158.329
Não circulante		
Serviço próprio P&D e PEE	18.312	18.312
Total não circulante	18.312	18.312
Total serviços pedidos	126.645	176.641

- (a) A variação ocorrida no período findo de 31 de março de 2019 corresponde principalmente aos custos decorrentes da retirada (baixa) de bens integrantes do ativo imobilizado registrados através de ordens de desativações - ODD, entre as quais destacamos: baixa de medidores; geradores, transformadores e religadores de distribuição;
- (b) Referem-se principalmente ao aumento na emissão de ordens de serviços para apuração de custos com elaborações de projetos e execução dos serviços de relocação de instalações elétricas;
- (c) Variação decorrente do encerramento de projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento baixados no período; e
- (d) A variação apresentada decorre, principalmente do encerramento de ordens de serviços vinculadas aos projetos do Programa Luz Para Todos.

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 12.000, conforme Reunião da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2019.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de 31 de março de 2019 paga pela Companhia:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	6		9		15
Remuneração fixa anual	63	100%	1.060	96%	1.123
Salário ou Pró-labore	63	100%	686	62%	749
Benefícios diretos e indiretos	-	0%	374	34%	374
Benefícios pós emprego	-	0%	48	4%	48
Valor total da remuneração por órgão	63	100%	1.108	100%	1.171

10 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação, e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2018	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização (c)	31/03/2019
Ativo financeiro	3.345.121	26.250	387.649	3.759.020
Obrigações especiais (b)	<u>(1.084.281)</u>	<u>491</u>	<u>71.487</u>	<u>(1.012.303)</u>
Total ativo financeiro da concessão	<u>2.260.840</u>	<u>26.741</u>	<u>459.136</u>	<u>2.746.717</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.
- (b) Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber: i) Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e ii) Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da ANEEL.
- (c) No cruzamento da capitalização na movimentação do ativo intangível, ativo contratual e ativo financeiro o montante de R\$ 44.569 corresponde a transferências para as rubricas: passivo a pagar e serviços prestados a terceiros.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

31/03/2019					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,50%	<u>5.917.906</u>	<u>(2.803.188)</u>	<u>(973.035)</u>	<u>2.141.683</u>
Total		<u>5.917.906</u>	<u>(2.803.188)</u>	<u>(973.035)</u>	<u>2.141.683</u>
31/12/2018					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,50%	<u>5.753.595</u>	<u>(2.745.888)</u>	<u>(1.091.174)</u>	<u>1.916.533</u>
Total		<u>5.753.595</u>	<u>(2.745.888)</u>	<u>(1.091.174)</u>	<u>1.916.533</u>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC 01 (R1). Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

Movimentação do ativo intangível

	31/12/2018	Adições	Outros	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/03/2019
Em serviço	5.753.595	-	-	(95.906)	260.217	5.917.906
(-) Amortização	<u>(2.745.888)</u>	<u>(93.133)</u>	<u>-</u>	<u>35.833</u>	<u>-</u>	<u>(2.803.188)</u>
Total em serviço	<u>3.007.707</u>	<u>(93.133)</u>	<u>-</u>	<u>(60.073)</u>	<u>260.217</u>	<u>3.114.718</u>
Obrigações especiais (b)	(1.756.801)	(11.327)	95.230	-	1.776	(1.671.122)
(-) Amortização	<u>665.627</u>	<u>32.460</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>698.087</u>
Total em obrigações especiais	<u>(1.091.174)</u>	<u>21.133</u>	<u>95.230</u>	<u>-</u>	<u>1.776</u>	<u>(973.035)</u>
Total	<u>1.916.533</u>	<u>(72.000)</u>	<u>95.230</u>	<u>(60.073)</u>	<u>261.993</u>	<u>2.141.683</u>

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, 6.3.19 Juros sobre Obras em Andamento - JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos somente poderão ser ativados limitado ao WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório). No período findo em 31 de março de 2019 o valor do JOA foi de R\$ 9 (R\$ 13.306 em 31 de dezembro de 2018); e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

12 Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

O ativo de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

31/03/2019			
	Custo	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Ativo contratual	425.476	(288.549)	136.927
Total	425.476	(288.549)	136.927
31/12/2018			
	Custo	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Ativo contratual	879.628	(228.602)	651.026
Total	879.628	(228.602)	651.026

Movimentação do ativo de contrato

	31/12/2018	Adições	Capitalização/ transferência (a)	31/03/2019
Ativo contratual	879.628	193.714	(647.866)	425.476
Total do ativo contratual	879.628	193.714	(647.866)	425.476
Obrigações especiais (b)	(228.602)	(31.253)	(28.694)	(288.549)
Total em obrigações especiais	(228.602)	(31.253)	(28.694)	(288.549)
Total	651.026	162.461	(676.560)	136.927

(a) Vide nota explicativa nº 11 (a);

(b) Vide nota explicativa nº 11 (b);

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada no período findo de 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

13 Fornecedores

	31/03/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica (a)	471.471	312.443
Encargos de uso da rede elétrica	13.139	12.281
Materiais e serviços	<u>183.328</u>	<u>242.800</u>
Total fornecedores	<u><u>667.938</u></u>	<u><u>567.524</u></u>

- (a) No período findo em 31 de março de 2019, houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado. As despesas com os contratos de Energia tiveram preço médio maior em relação a dezembro de 2018, em virtude de uma maior despesa com a parcela variável das térmicas.

14 Empréstimos e financiamentos

			<u>31/03/2019</u>		
			<u>Principal e encargos</u>		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
CCBI Citibank	7,61%		<u>7.304</u>	<u>1.091.255</u>	<u>1.098.559</u>
Total moeda estrangeira	7,61%		<u>7.304</u>	<u>1.091.255</u>	<u>1.098.559</u>
Moeda nacional					
Eletrobras	6,91%	Recebíveis	8.920	25.017	33.937
IBM	7,39%	Aval	398	-	398
BNDES	10,31%	Aval + Aplicação	638	341.604	342.242
Caixa	6,00%	Aval + Aplicação	7.880	60.066	67.946
Santander	7,34%		<u>3.505</u>	<u>200.000</u>	<u>203.505</u>
Subtotal	8,74%		<u>21.341</u>	<u>626.687</u>	<u>648.028</u>
(-) Custo de captação			-	(1)	(1)
Total moeda nacional	8,74%		<u>21.341</u>	<u>626.686</u>	<u>648.027</u>
Total empréstimos e financiamentos	8,03%		<u><u>28.645</u></u>	<u><u>1.717.941</u></u>	<u><u>1.746.586</u></u>

		31/12/2018			
		Principal e encargos			
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
Tesouro Nacional					
CCBI Citibank	7,39%		7.101	1.062.420	1.069.521
Total moeda estrangeira	7,39%		7.101	1.062.420	1.069.521
Moeda nacional					
Eletrobras	6,90%	Recebíveis	8.932	27.030	35.962
IBM	7,06%	Aval do Controlador	1.138	-	1.138
		Aval do Controlador + Recebíveis +			
Caixa	6,00%	Aplicação	6.410	61.963	68.373
Santander	7,43%		7.302	200.000	207.302
Subtotal	7,06%		23.782	288.993	312.775
(-) Custo de captação			-	(1)	(1)
Total moeda nacional	7,06%		23.782	288.992	312.774
Total empréstimos e financiamentos	7,31%		30.883	1.351.412	1.382.295

Em 31 de março de 2019 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,03% a.a., equivalente a 126,7% do CDI, considerando no custo da dívida do Citibank, o custo da ponta passiva do SWAP em CDI + spread (4,68% a.a., equivalente a 72,6% do CDI, em 31 de dezembro de 2018).

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2019 as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

		31/03/2019	
Vencimento		Valor (a)	%
Circulante		28.645	2%
2020		507.756	29%
2021		539.998	31%
2022		121.084	7%
2023		315.632	18%
Após 2023		233.472	13%
Subtotal		1.717.942	98%
Custo de captação (Não circulante)		(1)	0%
Não circulante		1.717.941	98%
Total		1.746.586	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	<u>Moeda nacional</u>		<u>Moeda estrangeira (USD)</u>		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	23.782	288.992	7.101	1.062.420	1.382.295
Ingressos	-	340.000	-	-	340.000
Encargos	6.167	355	12.186	-	18.708
Variação monetária e cambial	269	1.604	-	28.835	30.708
Amortizações de principal	(3.971)	-	-	-	(3.971)
Pagamentos de juros	(9.171)	-	(11.983)	-	(21.154)
Transferências	4.265	(4.265)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2019	<u>21.341</u>	<u>626.686</u>	<u>7.304</u>	<u>1.091.255</u>	<u>1.746.586</u>

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussória) e *covenants* e cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período de três meses findo em 31 de março de 2019, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos com o BNDES, Citibank e Santander.

15 Debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	126.449	1.452.522	1.578.971
Encargos	28.442	-	28.442
Pagamento de juros	(6.806)	-	(6.806)
Variação monetária	478	5.353	5.831
Custo de captação	395	958	1.353
Saldos em 31 de março de 2019	<u>148.958</u>	<u>1.458.833</u>	<u>1.607.791</u>

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 5 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio/2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Debêntures contratada com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 112.437 (R\$ 109.155 em 31 de dezembro de 2018) e a taxa efetiva é de 13,99% a.a. (13,41% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Segunda emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., dividida em duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 e a segunda série no montante total de R\$ 23.000, ambas com vencimento em janeiro/2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a. e da segunda série é IPCA + 7% a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 90.755, com taxa efetiva de 12,69% a.a., respectivamente (R\$ 94.910 com taxa de 12,12% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Terceira emissão de debêntures

Em 11 de novembro de 2016, a Companhia realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão de debêntures incentivada, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A. no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro/2021 e dezembro/2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª série e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 330.078, com taxa efetiva de 11,64% a.a., respectivamente (R\$ 321.013 com taxa de 11,08% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Quarta emissão de debêntures

Em 5 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro/2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Em 18 de maio de 2018, a Companhia realizou a aquisição facultativa de R\$ 443.500 Debêntures (R\$ 457.351, incluindo a remuneração aplicável) transferindo esses debenturistas para a 2ª série da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 57.640, com taxa efetiva de 7,35% a.a. (R\$ 56.645 com taxa 7,45% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Quinta emissão de debêntures

Em 25 de abril de 2018, a Companhia realizou a Quinta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 18 de maio de 2018, sendo uma emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 1.000.000, dividido em duas séries de R\$ 543.033 e R\$ 456.967, sendo o público alvo da segunda série os titulares da 4ª emissão da Companhia. As duas séries têm vencimento em abril/2023, destinou-se à gestão ordinária dos negócios da Emissora, com o objetivo de cobrir necessidades de capital de giro. Contrato ao custo de CDI + 1,10% a.a. para a 1ª série e, CDI + 1,30% a.a. para 2ª série. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 1.031.261, com taxa efetiva de 7,61% a.a., respectivamente (R\$ 1.012.982 com taxa 7,66% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	148.958	9%	126.449	8%
2020	54.702	3%	54.224	3%
2021	215.087	13%	212.516	13%
2022	30.285	2%	31.533	2%
2023	1.138.606	71%	1.136.178	72%
Após 2023	29.554	2%	28.430	2%
Não circulante	1.468.234	91%	1.462.881	93%
Custo de captação - Não circulante	(9.401)	-1%	(10.359)	-1%
Total não circulante	1.458.833	91%	1.452.522	92%
Total	1.607.791	100%	1.578.971	100%

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 31 de março de 2019, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <3,5	2,4	2,4
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2	6,1	6,1
Covenants debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <3,5	2,2	2,2
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >=1,5	6,5	6,5
Covenants debêntures	5ª debêntures	
1º Dívida líquida/EBITDA: < 4	2,2	

16 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
ICMS	293.328	327.282
ICMS parcelamento (a)	10.914	3.058
PIS e COFINS	31.984	41.504
Encargos sociais e outros	4.293	5.633
ISSQN	5.504	6.841
	<u>346.023</u>	<u>384.318</u>
Total circulante		
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	64.632	35.418
	<u>64.632</u>	<u>35.418</u>
Total não circulante		
	<u>64.632</u>	<u>35.418</u>
Total impostos e contribuições a recolher	<u>410.655</u>	<u>419.736</u>

- (a) A Companhia possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, onde sua variação deve-se adesão de um novo parcelamento de ICMS no mês de fevereiro de 2019, sendo sua última parcela em 31/01/2024, e para os demais parcelamentos sua liquidação será em 31 de julho de 2031. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC mais 1% de juros.

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, e, imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre o lucro líquido sobre base negativa, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

17.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos

	31/03/2019	31/12/2018
IRPJ prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa	149.116	154.864
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(204.759)	(193.471)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação (a)	(55.384)	(57.579)
	<u>(111.027)</u>	<u>(96.186)</u>
Total tributos diferidos		

- (a) Em 31 de março de 2019 a CELPA apresentava impostos diferidos sobre Reserva de Reavaliação no montante de R\$ 55.384 (31 de dezembro de 2018 apresenta o montante de R\$ 57.579), cuja redução justifica-se pela realização contínua da Reserva de Reavaliação conforme Lei 11.638/2007.

(ii) **Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias**

	31/03/2019	31/12/2018
Provisão para contingências	36.136	36.066
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	146.932	143.272
Provisão para participação nos lucros	10.247	13.601
Depreciação acelerada	(148.442)	(148.436)
Provisão fundo de pensão	14.872	14.872
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(199.058)	(191.741)
SWAP	(45.752)	(43.362)
Outras despesas não dedutíveis	(19.694)	(17.743)
	<u>(204.759)</u>	<u>(193.471)</u>
Total diferenças temporárias	<u>(204.759)</u>	<u>(193.471)</u>

17.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2021, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	R\$
Impostos diferidos a realizar a 2019	45.360
Impostos diferidos a realizar a 2020	76.249
Impostos diferidos a realizar a 2021	33.255
= Estudo técnico anual aprovado pelo Conselho Fiscal (*)	<u>154.864</u>
(-) Impostos diferidos realizados durante o 1º trimestre de 2019	<u>(5.748)</u>
= <u>Saldo a realizar de impostos diferidos em 31 de março de 2019</u>	<u>149.116</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava o valor de R\$ 154.864, o qual foi realizado R\$ 5.748 no primeiro trimestre de 2019 de imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscais, apresentando saldo de R\$ 149.116 a realizar de impostos diferidos, no período findo em 31 de março de 2019, pois está realizando o benefício fiscal SUDAM de redução de 75% do IRPJ cuja vigência é até 2027.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019 referente aos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2018.

(*) Informações elaboradas e aprovadas anualmente pelo Conselho Fiscal.

17.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios de 31 de março de 2019 e de 31 dezembro de 2018, está demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2019		31/03/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	69.541	69.541	(257)	(257)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	17.385	6.259	(64)	(23)
Adições:				
Provisão para contingências	26.571	9.566	31.565	11.363
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	76.746	27.629	53.806	19.370
Ajuste a valor presente	1.305	470	4.263	1.535
Variação de <i>SWAP</i>	40.721	14.660	15.878	5.716
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	1.614	581	1.816	654
Provisão para fundo de pensão	10.935	3.937	10.804	3.889
Provisão para participação nos lucros	7.534	2.712	5.133	1.848
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(123)	(44)	4.044	1.456
Outras provisões	17.894	6.442	13.468	4.851
	<u>183.197</u>	<u>65.953</u>	<u>140.777</u>	<u>50.682</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(26.519)	(9.547)	(29.911)	(10.768)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(74.054)	(26.660)	(48.694)	(17.530)
Variação de <i>SWAP</i>	(42.478)	(15.292)	(15.980)	(5.753)
Provisão para fundo de pensão	(10.935)	(3.937)	(10.804)	(3.889)
Provisão para participação nos lucros	(10.000)	(3.600)	(7.886)	(2.839)
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(6.562)	(2.362)	(6.588)	(2.372)
Depreciação acelerada	(6)	-	(8.240)	-
Outras provisões	(15.945)	(5.742)	(12.592)	(4.534)
	<u>(186.499)</u>	<u>(67.140)</u>	<u>(140.695)</u>	<u>(47.685)</u>
IRPJ e CSLL	<u>(14.083)</u>	<u>5.072</u>	<u>18</u>	<u>2.974</u>
Compensação base negativa de CSLL	(4.227)	(1.522)	-	(892)
Incentivo PAT	(237)	-	(1)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(15)	-	(17)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>9.604</u>	<u>3.550</u>	<u>-</u>	<u>2.082</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>14%</u>	<u>5%</u>	<u>0%</u>	<u>-810%</u>
Ativo fiscal diferido	10.912	3.929	144	(2.915)
(-) IRPJ subvenção governamental	(9.604)	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>10.912</u>	<u>7.479</u>	<u>144</u>	<u>(833)</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>16%</u>	<u>11%</u>	<u>-56%</u>	<u>324%</u>

Em 31 de março de 2019, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro de exploração foi de R\$ 16.556 (R\$ 95.964 em 31 de dezembro de 2018).

18 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2019		31/12/2018	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	74.600	18.816	73.995	17.952
Fiscais	14	97	-	97
Trabalhistas	28.396	32.287	28.865	31.809
Regulatórios	3.287	-	3.217	-
	106.297	51.200	106.077	49.858
Total contingências/ depósitos judiciais				
Circulante	24.791	-	25.316	-
Não circulante	81.506	51.200	80.761	49.858

Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 1.002 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período

	31/12/2018		31/03/2019			
	Saldo Inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	73.995	4.928	(3.949)	(1.909)	1.535	74.600
Fiscais	-	12	-	-	2	14
Trabalhistas	28.865	1.335	(2.067)	(97)	360	28.396
Regulatórias	3.217	-	-	-	70	3.287
	106.077	6.275	(6.016)	(2.006)	1.967	106.297
Total contingências						

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais.
(2) Reversões realizadas no exercício.
(3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 15.154 processos cíveis em 31 de março de 2019 (14.968 processos em 31 de dezembro de 2018), sendo que 11.576 tramitam em Juizados Especiais (11.437 processos em 31 de dezembro de 2018), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 336.641 (R\$ 335.454 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foi constituída provisão, os processos que fomentaram o aumento deste montante foram ações cíveis públicas e reintegrações de posse, que possuem alto impacto para Companhia, e probabilidade de eventual condenação.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	31/03/2019	31/12/2018
Falha no fornecimento	13.726	13.478
Morte por eletroplessão	9.868	9.685
Cobrança indevida	9.787	14.272
Fraude questionada	13.027	8.914
Corte indevido	1.994	1.928
Acidente com terceiros	6.859	6.601
Falha no atendimento	2.331	2.114
Quebra de contrato	986	976
Incêndio	1.979	1.947
Portaria do DNAEE	229	225
Outras	13.814	13.855
Total	74.600	73.995

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	31/03/2019	31/12/2018
Falha no fornecimento	25.112	24.914
Morte por eletroplessão	3.545	3.545
Acidente com terceiros	470	470
Quebra de contrato	205.708	205.708
Incêndio	170	170
Cobrança indevida	1.452	1.276
Fraude questionada	753	481
Corte indevido	171	184
Falha no atendimento	645	193
Outras	98.615	98.513
Total	336.641	335.454

Fiscais

A Companhia figura como ré em 104 processos fiscais em 31 de março de 2019 (92 processos em 31 de dezembro de 2018) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem processos fiscais cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2019 avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 17.015 (R\$ 17.014 em 31 de dezembro de 2018) para os quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$ 16.165 do valor possível.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	31/03/2019	31/12/2018
CIP	4	-
Outras	10	-
Total	14	-

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	31/03/2019	31/12/2018
ISS	11	11
ICMS	16.165	16.165
Repasse PIS/COFINS na Fatura	178	178
Outras	661	660
Total	17.015	17.014

Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de março de 2019 é composto por 1.118 reclamações ajuizadas (1.130 reclamações em 31 de dezembro de 2018) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam atualmente 02 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 23 (vinte e três) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 51.504 (R\$ 50.180 em 31 de dezembro de 2018) para os quais não foi constituída provisão. As ações coletivas relevantes com diagnóstico possível e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias, dentre outros envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a CELPA apenas subsidiariamente nesses pleitos.

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) a qual foi confirmada em 05/12/2017 e não mais pela Taxa Referencial Diária (TRD). A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu como inconstitucional o uso da Taxa Referencial Diária (TRD), como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Contingências trabalhista (prognóstico provável de perda)	31/03/2019	31/12/2018
Hora extra	5.243	4.793
Responsabilidade subsidiária	9.819	9.712
Acidente de trabalho	2.568	2.407
Doença ocupacional/profissional	470	493
Reintegração no emprego	3.076	3.100
Outras	7.220	8.360
Total	28.396	28.865
Contingências trabalhista (prognóstico possível de perda)	31/03/2019	31/12/2018
Hora Extra	230	180
Responsabilidade subsidiária	46.327	44.953
Acidente de trabalho	757	757
Doença ocupacional/profissional	377	377
Reintegração No Emprego	270	430
Periculosidade	20	20
Danos Morais	1.665	1.353
Outras	1.858	2.110
Total	51.504	50.180

Regulatórias

O valor de R\$ 3.287 (R\$ 3.217 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra a CELPA, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

19 Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõem os artigos 61 e 63 da Lei nº 11.102/05 e diante da manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público por encerrada a recuperação judicial da Companhia, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram quando forem integralmente liquidadas. Esta decisão está plenamente válida, apesar de não ter transitado em julgado ainda.

19.1 Composição da dívida

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Credores financeiros (a)	<u>19.021</u>	<u>17.116</u>
Total circulante	<u>19.021</u>	<u>17.116</u>
Não circulante		
Credores operacionais (b)	42.540	42.540
Intragrupos	83.670	82.490
Credores financeiros (a)	1.022.409	1.008.129
(-) Ajuste a valor presente (c)	<u>(313.822)</u>	<u>(318.905)</u>
Total não circulante	<u>834.797</u>	<u>814.254</u>
Total valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	<u><u>853.818</u></u>	<u><u>831.370</u></u>

- (a) É o grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, Bonds e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis;
- (b) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA; e
- (c) Em 31 de março de 2019, o saldo é composto por: R\$ 276.504 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.875 de credores operacionais, R\$ 23.444 de intragrupos (Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ajuste a valor presente totalizava R\$ 318.905, sendo R\$ 281.208 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.875 de credores operacionais e R\$ 23.822 de intragrupos).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	19.021	2%	17.116	2%
2021	81.039	9%	81.039	10%
2022	8.843	1%	8.843	1%
2023	8.106	1%	8.106	1%
Após 2023	1.050.631	124%	1.035.171	124%
Subtotal	1.148.619	135%	1.133.159	136%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(313.822)	-37%	(318.905)	(38%)
Não circulante	834.797	98%	814.254	98%
Total geral	853.818	100%	831.370	100%

19.2 Movimentação dos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2018	Juros e encargos	Varição monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2019
Credores operacionais	28.665	-	-	-	-	28.665
Intragrupo	58.667	1.180	-	-	378	60.225
Credores financeiros	744.038	13.636	5.245	(2.696)	4.705	764.928
Total	831.370	14.816	5.245	(2.696)	5.083	853.818

20 Outras contas a pagar

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Devolução a consumidores	23.652	25.902
ANEEL - autos de infração (a)	3.010	3.010
Convênios de arrecadação (b)	1.843	1.713
Encargos tarifários	13.565	13.004
Multas regulatórias	2.139	1.972
Cauções (c)	13.106	11.982
Questionamentos tributários - CCC (d)	352.792	349.874
Outras contas a pagar (e)	46.234	52.437
Total circulante	456.341	459.894
Não circulante		
ANEEL - autos de infração (f)	25.016	25.372
Devolução PLPT Eletrobras (g)	36.953	-
Outras contas a pagar (e)	8.291	8.431
Total não circulante	70.260	33.803
Total outras contas a pagar	526.601	493.697

- (a) Os valores referem-se a parcelamentos de processos administrativos regulatórios, que serão quitados em 180 parcelas, com atualização de 1% mais Selic. Tendo seu pagamento inicial em jan/2015 e parcela final em dez/2029, com Adesão em forma de lei 12.249/2010 e Portaria AGU n° 247 de 2014;

- (b) A variação ocorreu sobre o reconhecimento dos valores de taxas de administração de outros convênios de arrecadação, no montante de R\$ 3.380;
- (c) O aumento no período findo de 31 de março de 2019, se deu pela necessidade de garantir o fornecimento de matérias e serviços;
- (d) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo em 31 de março de 2019 deve-se, basicamente, à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS. Existem valores a receber no qual seus recebimentos deverão ser finalizados após conclusão da fiscalização que está em curso;
- (e) A variação refere-se à diminuição de provisões diversas, onde reconhecemos valores não faturados, porém com existências de contratos, e reconhecimento de Acordo Bilateral SINOP no período de janeiro a março de 2019;
- (f) Os valores referem-se a parcelamentos de processos administrativos regulatórios, que serão quitados em 180 parcelas, com atualização de 1% mais Selic. Tendo seu pagamento inicial em jan/2015 e parcela final em dez/2029, com Adesão em forma de lei 12.249/2010 e Portaria AGU nº 247 de 2014; e
- (g) Refere-se ao contrato da 4º Tranche da Eletrobrás com a CELPA para atendimento ao Programa Luz Para Todos - PLPT que foi liberado no montante de R\$ 287.392, no entanto a CELPA realizou apenas R\$ 250.440. Por força do contrato a Companhia fica obrigada a devolver o valor de R\$ 36.953 à Eletrobrás.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social da Companhia subscrito em 31 de março de 2019 é de R\$ 1.521.740 (R\$ 1.521.740 em 31 de dezembro de 2018) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Eletrobrás	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade no recebimento de dividendos. As ações preferenciais classe A terão direito a dividendo mínimo de 6% (seis por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. As ações preferenciais classe B terão direito a dividendo mínimo de 10% (dez por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

21.2 Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2018	Quota de reavaliação	Baixa	31/03/2019
Reserva de reavaliação	169.344	(6.361)	(94)	162.889
Encargo tributário	<u>(57.560)</u>	<u>-</u>	<u>2.195</u>	<u>(55.365)</u>
Total	<u>111.784</u>	<u>(6.361)</u>	<u>2.101</u>	<u>107.524</u>

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) pelo qual os bens componentes do ativo imobilizado podem ser avaliados a valores de mercado, desde que sejam obedecidos os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis são reconhecidas a crédito de uma conta específica do patrimônio líquido, denominada reserva de reavaliação.

22 Receita operacional

Em 31 de março de 2019 e 2018, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2019		
	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial (a)	1.810.233	630.878	704.442
Industrial	3.930	121.812	102.903
Comercial	174.412	334.021	326.119
Rural	173.552	62.848	42.846
Poder público	19.436	115.410	102.385
Iluminação pública	493	127.066	69.338
Serviço público	2.113	60.552	35.576
Consumo próprio	262	2.891	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	210	335.347	56.144
Suprimento CCEE	-	-	19.557
Baixa renda (a)	469.252	163.560	40.429
Subvenção CDE - Outros	-	-	48.951
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(12.510)
Receita de construção	-	-	193.712
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	73.905
Atualização do ativo financeiro	-	-	26.741
Outras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.618</u>
Total receita operacional	<u>2.653.893</u>	<u>1.954.385</u>	<u>1.850.156</u>

31/03/2018			
	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial (a)	1.710.065	657.888	623.139
Industrial	3.951	136.754	82.777
Comercial	179.865	355.973	280.738
Rural	166.106	64.258	34.136
Poder público	18.838	111.390	100.855
Iluminação pública	472	121.603	56.327
Serviço público	2.083	61.470	9.851
Consumo próprio	221	7.710	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	168	307.137	42.638
Suprimento CCEE	-	-	218.788
Baixa renda (a)	526.662	215.427	46.685
Subvenção CDE - Outros	-	-	44.446
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(10.120)
Receita de construção	-	-	166.777
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	29.641
Atualização do ativo financeiro	-	-	10.177
Outras	-	-	16.343
Total receita operacional	2.608.431	2.039.610	1.753.198

- (a) Durante o exercício de 2018 a ANEEL enviou para a Companhia bases atualizadas dos beneficiários do programa baixa renda, onde vários consumidores perderam o direito ao benefício, migrando para a classe residencial, justificando a variação entre os períodos.

23 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	31/03/2019	31/03/2018
Fornecimento de energia elétrica	1.534.384	1.298.475
Receita de distribuição	1.339.158	1.171.739
Remuneração financeira WACC	72.370	52.649
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	73.905	29.641
Subvenção CDE - Outros	48.951	44.446
Suprimento de energia elétrica (b)	19.557	218.788
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	56.144	42.638
Receita de construção	193.712	166.777
Atualização do ativo financeiro	26.741	10.177
Outras receitas	19.618	16.343
Receita operacional bruta	1.850.156	1.753.198
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(304.419)	(275.148)
PIS e COFINS	(167.575)	(112.968)
Encargos do consumidor	(11.512)	(11.758)
ISS	(256)	(241)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(73.638)	(87.687)
Penalidades DIF/FIC e outras	(10.654)	(11.598)
Deduções da receita operacional	(568.054)	(499.400)
Receita operacional líquida	1.282.102	1.253.798

- (a) Valores a receber/ receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros sofreu um aumento de R\$ 44.264. Esse aumento foi impulsionado pelo aumento nas receitas de constituição R\$ 79.632 e um aumento de R\$ 35.367 nas despesas de amortização, quando comparado com mesmo exercício de 2017. O crescimento das despesas de amortização decorreu dos Financeiros recebidos no reajuste do exercício de 2018 e não recebidos no exercício de 2017, como o aumento no recebimento do valor da Parcela A, cujo montante gira em torno de R\$ 317.491. Afetando a receita de constituição de CVA,

destaca-se o efeito gerado pelas recontabilizações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD ocorrido no 1º trimestre de 2018, o que não ocorreu no 1º trimestre de 2019;

- (b) A variação refere-se às operações de venda de energia no MCP e do Preço de Liquidação das diferenças - PLD. Ressalta-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o PLD atingiu o patamar de R\$ 505,18 nos meses de julho e agosto de 2018, período em que se operacionalizou maior volume de venda no mercado no MCP (mercado de curto prazo). Adicionalmente, no exercício de 2018 houve uma elevação da receita em virtude do efeito das recontabilizações do MCSD de Energia Nova. A variação está relacionada com o aumento da migração do número de clientes do ambiente cativo para o ambiente livre, elevando consideravelmente a receita do exercício em relação ao mesmo exercício de 2017
- (c) A variação está relacionada com o aumento da migração do número de clientes do ambiente cativo para o ambiente livre, elevando consideravelmente a receita do período de 2019 em relação ao mesmo período do exercício anterior.

24 Custos do serviço e despesas operacionais

31/03/2019					
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	Total
Pessoal	8.135	6.635	19.294	-	34.064
Material	1.666	151	246	-	2.063
Serviços de terceiros	28.567	34.240	19.013	-	81.820
Energia elétrica comprada para revenda	615.039	-	-	-	615.039
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	91.284	-	-	-	91.284
Custo de construção	193.712	-	-	-	193.712
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	10.767	10.767
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	4.269	-	4.269
Amortização	44.687	-	16.335	-	61.022
Arrendamento e aluguéis	919	694	554	-	2.167
Subvenção CCC	28.476	-	-	-	28.476
Outros	44	(950)	2.950	-	2.044
Total	1.012.529	40.770	62.661	10.767	1.126.727

31/03/2018				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	3.132	9.431	21.659	34.222
Material	1.072	418	918	2.408
Serviços de terceiros	29.882	32.836	19.623	82.341
Energia elétrica comprada para revenda	651.675	-	-	651.675
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	94.087	-	-	94.087
Custo de construção	166.777	-	-	166.777
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	55.635	-	55.635
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	9.112	9.112
Amortização	49.110	-	8.714	57.824
Arrendamento e aluguéis	1.784	608	966	3.358
Subvenção CCC	28.659	-	-	28.659
Outros	47	-1.018	1.339	368
Total	1.026.225	97.910	62.331	1.186.466

25 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh		R\$	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Energia de leilão (a)	1.858	1.841	413.468	564.408
Contratos Eletronuclear	70	69	15.929	17.386
Contratos cotas de garantias	586	643	65.666	59.087
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	-	(7.956)	4.820
Energia bilateral	57	56	-	-
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	-	176.864	64.810
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	43	44	17.770	16.035
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (c)	-	-	91.284	94.087
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(66.702)	(74.871)
Total energia elétrica comprada para revenda	2.614	2.653	706.323	745.762

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos de compra de energia, incluindo os de Eletronuclear e cotas de garantia física no ambiente regulado, que tiveram uma redução no volume contratado de 1,44% em relação ao exercício anterior. Considerando apenas a despesas com os contratos no 1º trimestre de 2019 reduziu 21,93% ao que foi pago no exercício de 2018, devido a menores despesas com o MCSD energia nova, uma maior parcela variável de pagamento. Cabe ressaltar que a despesa apresentada no item Energia Leilão em 2018 está considerando o efeito das Recontabilizações do MCSD Energia Nova no valor de R\$ 165 milhões, o qual não ocorreu em 2019, resultando em redução de despesa;
- (b) No exercício de 2017, houve uma receita em virtude dos valores recebidos do resultado de Excedente Financeiro da Energia de Reserva nas liquidações CCEE e a baixa de demanda a pagar de energia de reserva. Em 2018, a CELPA teve receita do Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva apenas em alguns meses do ano e de janeiro a março de 2018 realizou pagamento de R\$ 27 milhões referente ao encargo de energia de reserva;
- (c) A variação ocorrida na Energia de Curto Prazo - CCEE é em virtude das operações de compra de energia no MCP e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD ocorridas em 2017. Pois, devido ao nível de cobertura contratual, em 2018 aconteceu somente a operação de venda no mercado de curto prazo. Com isso, a despesa na energia comprada para revenda em 2017 (com operação de compra no MCP) é maior que no mesmo exercício de 2018; e
- (d) Contempla os custos com Encargos de Uso e Conexão do sistema de transmissão. Estes custos sofreram uma redução em comparação com o exercício anterior, em decorrência das novas tarifas aprovadas na nova resolução RAP de nº 2.405 de 19 de junho de 2018, relacionadas à Rede Básica e Conexão que tiveram uma redução de 22% em relação a Resolução anterior, incorporadas ao Reajuste tarifário Anual de 2018.

26 Outras despesas operacionais líquidas

	31/03/2019	31/03/2018
Perda/ganho na desativação de bens e direito (a)	78.351	2.183
Indenização por danos a terceiros	693	312
Provisão para perda de estoque	-	2.401
Outras receitas operacionais	1.054	602
Total outras despesas operacionais líquidas	80.098	5.498

- (a) Refere-se a ordem de desativação que representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizada para apuração dos custos referentes à retirada (baixa) de bem integrante do ativo imobilizado em serviço. A variação ocorreu devido ao 5º ciclo da revisão tarifária, onde foi determinado pela ANEEL a desativação de ativos do laudo do exercício de 2019, que aumentaram as desativações, o que não aconteceu no exercício de 2018.

27 Resultado financeiro líquido

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	14.725	14.933
Valores a receber/devolver parcela A	7.835	8.301
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	25.689	-
Acréscimo moratório de energia vendida	31.154	31.431
Variação monetária e cambial da caução	-	2.389
PIS/COFINS sobre receita financeira	(6.704)	(2.362)
Atualização sub-rogação CCC	2	79
Descontos obtidos	-	2
Outras receitas financeiras (b)	95.754	1.209
	<hr/>	<hr/>
Total de receitas financeiras	168.455	55.982
	<hr/>	<hr/>
	31/03/2019	31/03/2018
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(8.160)	(7.231)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	(23.124)	(5.953)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(41.783)	(21.900)
Variação monetária e cambial da caução	-	(2.127)
Encargos da dívida (c)	(62.068)	(51.963)
Atualização de efficientização e contingências	(3.025)	(4.897)
Multas regulatórias	(12.296)	-
Despesa financeira de AVP	(5.219)	-
Ajuste a valor presente RJ	-	(17.050)
Encargos com partes relacionadas	(136)	(136)
Juros, multas s/ operação de energia	-	(69)
Juros passivos	(14.751)	(3.926)
Descontos concedidos	(2.120)	(1.626)
Outras despesas financeiras	(1.509)	(1.166)
	<hr/>	<hr/>
Total de despesas financeiras	(174.191)	(118.044)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro líquido	(5.736)	(62.062)

- (a) Refere-se principalmente à contratação de operações de SWAP, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de março de 2019 o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando despesa com o aumento do dólar em 0,6%, saindo de R\$3,87 em 31 de dezembro de 2018 para R\$3,90 em 31 de março de 2019, contra uma despesa em 2018 com leve crescimento do dólar em 0,5% saindo de R\$ 3,31 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3,32 em 31 de março de 2019;
- (b) Atualização monetária do saldo da Sub-rogação CCC, no valor de R\$ 95.230; e
- (c) Efeito gerado pelo crescimento da dívida bruta em moeda estrangeira de R\$ 390.000 e crescimento da inflação no período de 2019.

28 Instrumentos financeiros

28.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado¹ (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

28.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

¹ O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2019		31/12/2018	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	154.667	154.667	118.146	118.146
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	Valor justo por meio do resultado	1.138.801	1.138.801	715.045	715.045
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2.083.063	2.083.063	2.175.862	2.175.862
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	153.959	153.959	142.451	142.451
Sub rogação da CCC valores aplicados	Valor justo por meio do resultado	32.134	32.134	9.056	9.056
Ativo financeiro de concessão	Valor justo por meio do resultado	2.746.717	2.746.717	2.260.840	2.260.840
Total do ativo		6.309.341	6.309.341	5.421.400	5.421.400

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2019		31/12/2018	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	667.938	667.938	567.524	567.524
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.746.586	1.709.081	1.382.295	1.366.598
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	19.393	19.393	14.915	14.915
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	Custo amortizado	853.818	853.818	831.370	831.370
Debêntures	Custo amortizado	1.607.791	1.678.602	1.578.971	1.641.244
Total do passivo		4.895.526	4.928.832	4.375.075	4.421.651

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da CELPA que são classificados como passivo ao custo amortizado.
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

28.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento em 19 de abril de 2021 e a segunda com vencimento em 12 de junho de 2023. Em 31 de março de 2019, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 1.098.559 (em 31 de dezembro de 2018, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 1.069.521).

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	31/03/2019	31/12/2018
Citibank-542 MM			
Ponta ativa	US\$ + libor + 1,39% a.a.	701.020	697.727
Ponta passiva	117,25% do CDI	(559.230)	(561.217)
Total		141.790	136.510
Citibank - 390 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,84% a.a.	395.892	395.038
Ponta passiva	111,8% do CDI	(403.116)	(404.012)
Total		(7.224)	(8.974)
Líquido Não circulante		153.959	142.451
Líquido Circulante		(19.393)	(14.915)
Total		134.566	127.536

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CELPA define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de

suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco das Companhias do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o período de 31 de março de 2019 não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2018.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente *workshop* de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no *workshop*. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu restabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A carteira de clientes da Companhia está representada da seguinte forma:

Classe consumidora	%	
	31/03/2019	31/12/2018
Residencial	61,3%	61,1%
Industrial	6,9%	7,0%
Comercial	14,3%	14,7%
Rural	4,4%	4,3%
Poder público	7,3%	7,5%
Iluminação pública	1,8%	1,7%
Serviço público	4,0%	3,7%
Total	100%	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o exercício.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

Classe consumidora	31/03/2019				
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	413.505	107.534	864.472	26.705	1.412.216
Industrial	103.661	8.351	47.239	-	159.251
Comercial	170.956	41.267	118.215	-	330.438
Rural	48.562	7.880	46.010	-	102.452
Poder público	78.038	21.489	67.781	-	167.308
Iluminação pública	25.477	160	14.812	-	40.449
Serviço público	57.143	10.007	24.380	-	91.530
Total	897.342	196.688	1.182.909	26.705	2.303.644
Classe consumidora	31/12/2018				
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	450.948	99.286	860.635	29.816	1.440.685
Industrial	111.294	7.366	45.737	-	164.397
Comercial	189.936	38.710	118.602	-	347.248
Rural	49.669	7.030	44.970	-	101.669
Poder público	85.683	22.114	67.993	-	175.790
Iluminação pública	23.925	144	16.550	-	40.619
Serviço público	52.305	9.380	25.142	-	86.827
Total	963.760	184.030	1.179.629	29.816	2.357.235

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.293.468 em 31 de março de 2019 (R\$ 833.191 em 31 de dezembro de 2018). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 14 (Empréstimos e financiamentos) e 15 (Debêntures).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo era de 6,6 em 31 de março de 2019 (6,1 em 31 de dezembro de 2018).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, projetados conforme curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	444.522	875.100	3.377	34.022	41.335	355.700	440.666
Empréstimos bancários sem garantia	<u>1.302.064</u>	<u>1.399.023</u>	<u>7.396</u>	<u>50.778</u>	<u>655.318</u>	<u>685.531</u>	<u>-</u>
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	<u>1.746.586</u>	<u>2.274.123</u>	<u>10.773</u>	<u>84.800</u>	<u>696.653</u>	<u>1.041.231</u>	<u>440.666</u>
Títulos de dívida emitidos sem garantia (Debêntures)	1.022.518	1.408.693	40.890	40.212	92.027	1.235.564	-
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	<u>585.273</u>	<u>654.972</u>	<u>-</u>	<u>91.088</u>	<u>32.028</u>	<u>531.856</u>	<u>-</u>
Subtotal - Debêntures	<u>1.607.791</u>	<u>2.063.665</u>	<u>40.890</u>	<u>131.300</u>	<u>124.055</u>	<u>1.767.420</u>	<u>-</u>
Empréstimos bancários com garantia	124.315	182.255	2.992	9.918	11.869	90.668	66.808
Empréstimos bancários sem garantia	<u>729.503</u>	<u>1.969.045</u>	<u>59.889</u>	<u>98.822</u>	<u>41.915</u>	<u>129.051</u>	<u>1.639.368</u>
Subtotal - Demais passivos financeiros não derivativos	<u>853.818</u>	<u>2.151.300</u>	<u>62.881</u>	<u>108.740</u>	<u>53.784</u>	<u>219.719</u>	<u>1.706.176</u>
Fornecedores	<u>667.938</u>	<u>667.938</u>	<u>660.870</u>	<u>7.068</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.876.133</u>	<u>7.157.026</u>	<u>775.414</u>	<u>331.908</u>	<u>874.492</u>	<u>3.028.370</u>	<u>2.146.842</u>
Passivos financeiros derivativos							
Swaps de taxas de juros utilizados para <i>hedging</i>	127.536	(2.283.405)	(18.048)	(97.824)	(1.579.549)	(587.984)	-
Total	<u>127.536</u>	<u>(2.283.405)</u>	<u>(18.048)</u>	<u>(97.824)</u>	<u>(1.579.549)</u>	<u>(587.984)</u>	<u>-</u>

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas 14 e 15, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de *Swap* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 26,7% (28,9% em 2018), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira) conforme demonstrado a seguir:

Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor trimestral	1.099	8,9%	Jan/22	2,3	26,7%
Moeda estrangeira	1.099	8,9%		2,3	26,7%
TJLP	342	9,6%	abr/28	5,5	8,3%
CDI	1.293	9,4%	dez/22	3,7	31,4%
Pré-fixado	516	10,1%	fev/32	14,1	12,5%
RGR	3	6,0%	abr/22	1,6	0,1%
IGP-M	265	6,1%	set/34	14,8	6,4%
FINISA	68	6,0%	fev/28	4,6	1,7%
IPCA	533	11,9%	mai/22	2,9	12,9%
Moeda nacional	3.020	9,6%	-	6,5	73,3%
Total	4.119	9,4%	-	5,4	100%

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial							
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos	USD	1.098.559	1.132.361	1.450.661	1.732.343	884.481	599.982
Impacto no resultado			33.802	352.102	633.784	(214.078)	(498.577)
Swap - Ponta Ativa		1.096.912	1.130.663	1.480.831	1.763.497	915.500	632.834
Impacto no resultado (swap)			33.751	350.168	632.834	(215.164)	(497.829)
Referência para passivos financeiros							
			Taxa em 31/03/2019	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)		4,02	3,90	5,03	6,03	3,02	2,01

Fonte: B3

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 14 (Empréstimos e financiamentos) e 15 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

A seguir é apresentado em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.247.442	1.328.276	1.347.255	1.366.234	1.309.298	1.290.319
Impacto no resultado			80.834	99.813	118.792	61.856	42.877
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.292.805)	(1.376.579)	(1.396.248)	(1.415.917)	(1.356.910)	(1.337.241)
	SELIC	(75.547)	(80.473)	(81.629)	(82.785)	(79.317)	(78.161)
	TLP	(342.241)	(357.900)	(361.646)	(365.377)	(354.151)	(350.421)
	IGP-M	(265.357)	(274.005)	(276.089)	(278.196)	(271.900)	(269.819)
	IPCA	(533.271)	(553.480)	(558.363)	(563.193)	(548.601)	(543.720)
Total de passivos financeiros		(2.509.221)	(2.642.436)	(2.673.974)	(2.705.467)	(2.610.879)	(2.579.362)
Impacto no resultado			(133.215)	(164.753)	(196.246)	(101.658)	(70.140)
Swap - Ponta Passiva		962.346	1.024.706	1.039.347	1.053.989	1.010.065	995.424
Impacto no resultado (swap)			62.360	77.001	91.643	47.719	33.078
Efeito Líquido no resultado (swap)			(28.609)	273.167	541.191	(262.882)	(530.907)
Efeito líquido no resultado			(52.381)	(64.940)	(77.454)	(39.802)	(27.263)
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa em 31/03/2019	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)			6,34	8,10	9,72	4,86	3,24
SELIC (% 12 meses)			6,35	8,15	9,78	4,89	3,26
TLP(% 12 meses)			4,58	5,72	6,86	3,43	2,29
TJLP (% 12 meses)			6,79	8,75	10,50	5,25	3,50
IGP-M (% 12 meses)			8,27	4,07	4,89	2,44	1,63
IPCA (%12 meses)			4,58	4,74	5,68	2,84	1,89

Fonte: B3

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

28.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

Dívida líquida / EBITDA

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	1.746.586	1.382.295
Debêntures	1.607.791	1.578.971
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.293.468)</u>	<u>(833.191)</u>
Dívida líquida	2.060.909	2.128.075
EBITIDA*	<u>136.299</u>	<u>1.047.947</u>
Dívida líquida / EBITIDA	<u>15,12</u>	<u>2,3</u>

* EBITIDA (Lucro líquido - IRPJ/CSLL - Resultado financeiro - amortização - depreciação)

Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	1.746.586	1.382.295
Debêntures	1.607.791	1.578.971
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.293.468)</u>	<u>(833.191)</u>
Dívida líquida	2.060.909	2.128.075
Patrimônio líquido	<u>3.057.231</u>	<u>3.006.081</u>
Dívida líquida / (dívida líquida +Patrimônio líquido)	<u>0,40</u>	<u>0,41</u>

Dívida de curto prazo / dívida total

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	28.645	30.883
Debêntures	<u>148.958</u>	<u>126.449</u>
Dívida líquida	177.603	157.332
Dívida total	<u>3.354.377</u>	<u>2.961.266</u>
Dívida de curto prazo / dívida total	<u>5%</u>	<u>5%</u>

No período findo em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

29 Eventos subsequentes

Em 29 de abril de 2019 foi aprovado pelo conselho de administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 102.719.

* * *

Conselho de Administração

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Jorge de Vasconcelos Lima

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor Presidente

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Rubens Jose de Figueiredo Briseno
Diretor

Sérgio Ricardo de Andrade Oliveira
Diretor

Sérgio Luiz Pinto de Castro Valinho
Diretor

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-PA